



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

# RELATÓRIO 1974

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)  
PRESIDÊNCIA

Senhor Presidente do Conselho de Administração:


Tenho a grata satisfação de me dirigir a Vossa Excelência com a finalidade de submeter a esse Conselho o Relatório de Atividades do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, no ano de 1974.

Do pequeno Escritório de Pesquisa Econômico - Social Aplicada, criado há dez anos, passou esta Fundação por algumas transformações e, sem perder sua natureza jurídica, cresceu, desenvolveu-se e afirmou-se já agora com a denominação de Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, conforme disposição do Decreto nº 64.016, de 22 de janeiro de 1969.

Após esse decênio de continuado desenvolvimento e em virtude da crescente gama de responsabilidades que lhe foram atribuídas, o IPEA se situa, hoje, entre os órgãos de reconhecido prestígio em sua área de atuação, caracterizada, principalmente, no desempenho das atribuições de órgão auxiliar da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, seja na elaboração dos programas globais de governo e na coordenação do sistema nacional de planejamento, seja nas atividades de pesquisa aplicada nas áreas e-

A Sua Excelência o Senhor  
Doutor JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO  
DD. Presidente do Conselho de Administração do  
Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA

N E S T A.




conômica e social ou ainda na promoção de treinamento para o planejamento.

Deu-se nova estrutura ao Instituto de Planejamento IPLAN, ao tempo em que se desmembrava daquele órgão o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico - CENDEC, que passou, assim, a dispor de maior autonomia administrativa de modo a possibilitar melhor atendimento das novas dimensões atribuídas às atividades de treinamento para o Sistema Nacional de Planejamento.

Completou-se a transferência do IPLAN e do Gabinete da Presidência para Brasília.

Em síntese, as atividades de 1974 mativeram um intenso ritmo de trabalho, conforme se pode constatar através da consulta aos relatórios setoriais que se seguem.

Brasília, 31 de março de 1975.

  
ERCIO COSTA COUTO  
Presidente

I N P E S

INSTITUTO DE PESQUISA

O objetivo principal das pesquisas do INPES é o de fornecer subsídios à formulação de política econômica global. Tal orientação geral tem duas implicações importantes, do ponto-de-vista do tipo de trabalho realizado. Primeiro, que a pesquisa empírica tem precedência sobre as investigações de natureza puramente acadêmicas, embora a fundamentação teórica constitua uma parte importante dos estudos. Segundo, que do ponto-de-vista das principais áreas de pesquisa, a preocupação consiste em desenvolver estudos que possam contribuir para a avaliação de estratégias alternativas de crescimento. Nesse sentido, a análise do relacionamento com o exterior, de atuação do setor público, de absorção e treinamento da mão-de-obra industrial, de modernização e tecnologia do setor agrícola se constituíram nas principais linhas de pesquisas em 1974.

Na medida em que a continuidade do processo de crescimento, ao ritmo observado nos últimos anos, torna-se mais dependente da evolução do setor externo, a inter-relação entre as perspectivas de crescimento da economia e o comportamento das importações e exportações passa a ter um papel mais importante na análise da política de desenvolvimento. Dentro dessa linha de raciocínio, as pesquisas sobre o setor externo deram ênfase ao relacionamento entre os padrões de financiamento externo e o crescimento recente da economia brasileira. Mais especificamente, procurou-se analisar a interdependência entre, de um lado, os capitais de empréstimo que entraram no país após 1967, e de outro, as mudanças no sistema monetário-financeiro e a indústria doméstica de bens de produção.

Por sua vez, os estudos sobre o setor industrial orientaram-se para os problemas de absorção e treinamento da mão-de-obra. Argumenta-se comumente que o processo de industrializa-



ção nos países em desenvolvimento não tem capacidade de gerar um volume de empregos em ritmo condizente com o crescimento da força de trabalho. Na realidade, uma análise retrospectiva da industrialização brasileira mostra que o problema é bem mais complexo, e que para melhor compreendê-lo torna-se indispensável distinguir entre diferentes graus de aptidão e qualificação da mão-de-obra. Quando colocado nesse termos, o processo de desenvolvimento caracteriza-se por mudanças qualitativas e do nível de utilização da força de trabalho. Verifica-se então que, ao lado da abundância da mão-de-obra não-qualificada e subempregada, o setor industrial moderno vem enfrentando um sério problema de escassez de trabalho qualificado.

O estudo sobre o setor agrícola orientou-se no sentido de identificar as principais causas dos diferenciais de rentabilidade entre os estabelecimentos agrícolas no Brasil durante a década de sessenta. A análise abrange sete estados do Nordeste e Sudeste os quais, em conjunto, contribuem com cerca de sessenta por cento do produto agrícola nacional. Dentre os fatores determinantes dos diferenciais de rentabilidade, incluem-se a existência de economias de escala, nível de educação do gerente ou proprietário do estabelecimento agrícola, e o uso de insumos modernos.

Finalmente, na linha de pesquisas sobre o setor público, procurou-se estudar a conveniência do governo ampliar a participação do imposto sobre a renda na receita tributária. Conclui-se pela necessidade de rever a idéia de que um imposto geral e uniforme sobre a renda é uma forma superior de tributação, do ponto-de-vista de princípios de justiça fiscal. Dificuldades administrativas e de utilização do imposto como instrumento de política econômica contribuem para que, na prática, os resultados quanto à distribuição da carga tributária se distanciem significativamente daquela nominalmente citada na legislação do imposto.

Resumindo, foram os seguintes os projetos de pesquisas concluídos pelo INPES em 1974:



- . Análise Econômica do Sistema Tributário Brasileiro (Imposto de Renda);
- . Treinamento e Produtividade da Mão-de-Obra Industrial;
- . Tecnologia, Dualismo e Rentabilidade da Agricultura no Brasil;
- . Distribuição da Renda (Pessoal e Familiar) em Nove Áreas Metropolitanas - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza e Belém;
- . Efeito sobre a Distribuição da Renda dos Efeitos Fiscais à Exportação;
- . Financiamento Externo e Crescimento Econômico do Brasil.

I P L A N

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO

Cabe ao IPLAN programar, dirigir, orientar e coordenar as atividades de planejamento a cargo do IPEA. Nesse sentido, para melhor desempenho de suas atribuições, teve sua estrutura organizacional reformulada, conforme a Portaria nº 14, de 09 de abril de 1974, de modo a melhor exercer suas atribuições.

As realizações mais importantes do Instituto envolveram a participação de todos os órgãos que o compõem, que por sua vez, receberam subsídios dos Ministérios Setoriais. Destacam-se, entre outros os seguintes trabalhos:

- a - elaboração dos documentos básicos em vistas ao II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, para o período 1975-1979;
- b - elaboração do Programa Geral de Dispêndios (PGD), para o período 1975-1977;
- c - elaboração do Relatório de Acompanhamento do I PND, referente ao exercício de 1973; e
- d - elaboração dos documentos básicos com vistas aos programas especiais de desenvolvimento setorial e regional: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste; Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO);

Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal Matogrossense (PRODEPAN); Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata de Minas Gerais (PRODEMATA); Projeto Aripuanã; Região Geo-Econômica de Brasília, etc;

- e - assessoria ao Secretário-Geral e ao Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
- f - estudos e pesquisas sobre desenvolvimento brasileiro.

ATIVIDADES POR SETORES

ASSESSORIA DA SUPERINTENDÊNCIA

A Assessoria da Superintendência do IPLAN a par das tarefas de rotina, desenvolveu em 1974, as seguintes atividades:

- a - elaboração de Relatório sobre o Desempenho da Economia Brasileira, durante o período de 1970-1974, para a Organização das Nações Unidas - ONU;
- b - elaboração de análise da economia brasileira, nos últimos anos (global, setorial, regional);
- c - promoção de Seminários quinzenais referentes a temas econômicos de interesse geral;
- d - projeto de implantação do Centro de Estatísticas para o Planejamento;
- e - estudo para aperfeiçoamento da política de redistribuição de renda através dos Fundos PIS e PASEP;




f - cálculo dos índices de correção monetária.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO GLOBAL (CPG)

A Coordenadoria de Planejamento Global (CPG) desenvolveu, entre outros, os seguintes trabalhos:

- a - atualização dos índices indicadores do comportamento da indústria de transformação;
- b - acompanhamento de evolução dos principais agregados macro-econômicos;
- c - acompanhamento das políticas monetárias, creditícia e do mercado de capitais.

A CPG compete coordenar a elaboração do Programa Geral de Dispêndios (PGD): Para tanto foi responsável por:

- a - elaboração do Programa Geral de Aplicação (PGA), referente ao período 1973-1975, conjuntamente com a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF);
  - b - montagem do Programa de Dispêndios Governamentais (PGA sintético), para o período 1975-1977;
  - c - elaboração do manual de instruções para implantação do PGD;
  - d - acompanhamento da implantação do PGD: avaliação e retificação das informações recebidas; e,
  - e - montagem final do PGD para o período 1975-1977.
- 

## COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO REGIONAL

Setor de Desenvolvimento Regional (SDR)

A atuação do SDR envolveu, o estabelecimento dos objetivos, estratégia e definição dos Instrumentos de política regional, bem como, a formulação dos Programas Especiais e dos Programas e Projetos Prioritários de Desenvolvimento Regional.

Setor de Desenvolvimento Urbano (SDU)

Na área do SDU, o evento mais significativo em 1974, foi a criação da CNPU - Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e a ação que a mesma desenvolveu em conjunto com organismos federais e estaduais. A CNPU resultou de estudos sobre Política e Investimentos Urbanos desenvolvidos por diversos órgãos do Governo Federal entre os quais o Setor de Desenvolvimento Urbano do IPLAN.

## COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SETORIAL

Setor de Infra-Estrutura

O Setor de Infra-Estrutura, em 1974, participou ativamente dos programas especiais: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná (PRODOPAR) e Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO), bem como prestou colaboração ao projeto "Complexo Mineiro-Metalúrgico da Amazônia Oriental". Opinou sobre diversos documentos relativos à área e de finiu estudos e pesquisas, a serem desenvolvidos em 1975.

Setor de Agricultura e Abastecimento (SAA)

O SAA, em 1974, colaborou com os Ministérios Setoriais visando a identificar e definir programas especiais.



Na área do desenvolvimento agroindustrial salientam-se:

- a - criação do Programa de Desenvolvimento agroindústria do Nordeste;
- b - estudos visando à expansão dos pólos agroindustriais do Paraná, em convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES;

Na área do desenvolvimento rural integrado, destacam-se:

- a - o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE;
- b - a definição preliminar do Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata de Minas Gerais - PRODEMATA;
- c - participação na elaboração do Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - POLOCENTRO;

#### Setor de Indústria e Serviços (SIS)

O Setor de Indústria e Serviços participou, em 1974, da elaboração de documentos referentes aos programas especiais, tais como: POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE, Fertilizantes, Papel e Celulose, etc.

#### CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS (CNRH)

Em 1974, o CNRH, concluiu as seguintes pesquisas: "Ensino por rádio no Brasil"; "Ensino por TV Brasil"; e, "Manual de Estatísticas Educacionais".

Em fase de publicação, encontram-se outros dois estudos: "50 anos de Teleeducação no Brasil" e "Tipologia da Mão-de-Obra Agrícola"



C E N D E C

ENTRO DE TREINAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Vem o CENDEC estudando a concepção de um Sistema Nacional de Treinamento em Administração do Desenvolvimento convenientemente estruturado e centralmente coordenado. Na concepção desse Sistema, destaca-se a Integração da Universidade no esforço de desenvolvimento promovido pelo Governo, haja vista que seus Institutos e/ou Departamentos especializados serão as principais unidades componentes do Sistema.

I - PROGRAMA DE TREINAMENTO

No tocante ao programa de treinamento, as atividades desempenhadas pelo CENDEC em 1974 tiveram como objetivo a preparação no aperfeiçoamento dos quadros técnicos das instituições componentes do Sistema Nacional de Planejamento que participam da Administração do Desenvolvimento Nacional.

Dentro dessa linha de ação, o CENDEC atendeu a 12 Ministérios, a 19 Estados da Federação, procurando adequar seus cursos às realidades do país bem como estabelecendo uma filosofia nas áreas de planejamento e projetos a fim de aumentar a eficiência do Sistema, criando melhores condições para o desempenho da função de coordenação, atribuída à Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

1. Cursos Nacionais

Os cursos nacionais ministrados por este Centro foram desenvolvidos na área de Projetos, Planejamento do Desenvolvi-

mento (para a área federal) e Planejamento à Nível Estadual, concebidos exclusivamente para atender as características e peculiaridades do processo de planejamento dos Estados.

1.1 - Cursos realizados na sede do CENDEC

a) III Curso de Elaboração e Análise de Projetos

Candidatos:

Inscritos	171
Selecionados	50
Aprovados	46

Carga Horária 717

Regime: Tempo Integral

Instituições atendidas 36

Estados atendidos 13

b) III Curso de Planejamento do Desenvolvimento

Candidatos:

Inscritos	96
Selecionados	39
Aprovados	32

Carga Horária 630

Regime: Tempo Integral

Instituições atendidas 25

1.2 - Cursos realizados em Regiões

a) Curso de Planejamento a Nível Estadual para a Região Amazônica

Candidatos:

Inscritos	37
Selecionados	27
Aprovados	19

Carga Horária	310
Regime: Tempo Integral	
Instituições atendidas	10
Estados atendidos	3
Local: CODEAMA - MANAUS - AMAZONAS	

b) Curso de Planejamento a Nível Estadual para a Região Nordeste

Candidatos:

Inscritos	45
Selecionados	31
Aprovados	28

Carga Horária	350
Regime: Tempo Integral	
Instituições atendidas	18
Estados atendidos	5
Local: NATAL - Rio Grande do Norte	

2. Cursos de âmbito Latino-Americano realizados em convênio com o Instituto de Desenvolvimento Econômico (EDI) do Banco Mundial

Dando continuidade ao convênio estabelecido com o EDI, do Banco Mundial, o CENDEC realizou dois cursos na área de educação. Esses cursos foram destinados a técnicos Seniors e base dos principalmente em estudos de casos.

Curso Regional Latino-Americano de Programas e Projetos de Educação

Participantes:	20
Brasileiros	15
Latinos Americanos	5

Instituições Brasileiras atendidas: 12  
Países Latinos Americanos atendidos: 4  
Carga Horária: 250  
Regime: Tempo Integral


Curso Regional Latino-Americano sobre Execução de  
Projetos Educacionais

Participantes: 30  
Brasileiros 12  
Latinos Americanos 18

Instituições Brasileiras atendidas: 10  
Países Latinos Americanos atendidos: 12  
Carga Horária: 60  
Regime: Tempo Integral

11. Cooperação Técnica

Nessa área, o CENDEC colaborou com as seguintes instituições:

- a) SUDENE
  - b) Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA - Universidade Federal do Pará
  - c) Banco Nacional de Habitação
  - d) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
  - e) Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL
  - f) Fundação Universidade de Brasília - UnB
  - g) Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul.
- 

S. E

SERVIÇO EDITORIAL

A atividade do Serviço Editorial em 1974, caracterizou-se pelo esforço de consolidação da posição conquistada a partir de 1971, de maior supridor do mercado editorial brasileiro relativamente à literatura econômica especializada.

A idéia de possibilitar o acesso ao produto final das pesquisas do IPEA, evoluiu de maneira expressiva, dada a grande receptividade e procura de suas publicações, muitas das quais já adotadas por estabelecimentos de ensino superior.

Assim, ao final do ano de 1974, o Serviço Editorial contava com uma rede de 139 distribuidoras, alcançando todas as cidades brasileiras dotadas de escolas de nível superior. A promoção das publicações, além da distribuição por mala direta de 23.598 folhetos se fez, também, através de "stands" de venda na III Bienal Internacional do Livro, no II Encontro Nacional de Exportadores e na Feira do Livro de Frankfurt.

O quadro demonstrativo apresenta o movimento do Serviço Editorial no período de 1971/73 a 1974 que bem atesta os resultados positivos alcançados na divulgação do processo de planejamento econômico.





---

	<u>1971/72/73</u>	<u>1974</u>
Número de Títulos Editados ou reeditados	77	22
Tiragem	150.000	70.000
Publicações Doadas	22.983	12.133
Publicações Vendidas	33.943	21.941
Publicações em Consignação	56.551	21.596
Folhetos Mala Direta	20.037	23.598
Folhetos Livrarias	1.284	11.500
Distribuidores e Livrarias	158	139

---

D.A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 1974, duas preocupações básicas dominaram o DA. A primeira se referiu ao ajustamento à diretrizes da nova Administração, em especial à sua reformulação estrutural e programática para atender ao funcionamento do IPEA em Brasília.

Essa reformulação implicou na reestruturação do IPLAN, transformação do CENDEC em órgão autônomo e imediata transferência da Presidência e de seus Assessores para Brasília.

A segunda foi o desenvolvimento de um programa de apoio administrativo aos órgãos que passaram a funcionar em Brasília - simultaneamente com outras medidas de curto e médio prazos, visando à efetiva transferência do DA, sem prejuízo da continuidade da boa execução de suas funções básicas.

Resumindo, foram as seguintes atividades realizadas pelo DA em 1974:

O Departamento de Pessoal, além de ajustar-se à orientação de nova Administração, nessa linha de atividades, há que se consignar:

a) A criação de Seção de Recrutamento, Seleção e Treinamento, com funcionamento já em Brasília (Ordem de Serviço nº 13/74).

b) A adoção de critérios de avaliação de pessoal do IPEA (Técnico e Administrativo) para efeito de admissão e reposicionamento (O.S. nº 13/74).



c) A criação de Comissões para realizar tal avaliação (OS. 12 e 13/74).

Em 1974, diante do número crescente de sub-repasses de recursos do IPEA, ou sob sua responsabilidade, a outras entidades para execução de projetos e atividades, foi implantado dentro do Departamento de Contabilidade e Orçamento a sistemática de prestação de contas elaborada pela DA (Circular nº 01, de 23.8.73, e aprovada pela IGF da SEPLAN.

A implantação das Instruções aprovadas por aquela circular facilitou sobretudo apresentação das prestações de contas dos órgãos convenientes.

Conforme o programa traçado para 1974, completou-se a implantação do sistema de orçamento, a sedimentação do sistema de pagamento e efetivou-se a pré-análise do sistema de material, a ser implantado já em Brasília.

Merece referência especial o vultoso incremento dos serviços de comunicações, especialmente em decorrência da expansão dos trabalhos de editoração.

Em resumo, o DA seguiu em 1974 a orientação já traçada desde sua criação, procurando racionalizar os serviços simplificando, sempre que possível todas suas rotinas.

GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Exercício de 1974

FONTES

A - RECURSOS DA UNIÃO		
- Recursos Orçamentários	33.773.600	
- Recursos Vinculados a Projetos Especiais	71.521.971	105.295.571
B - RECURSOS PRÓPRIOS		
- Saldo de Exercícios Anteriores		
01 - Próprios	4.470.620	
02 - Vinculados a Contratos e Convênios	71.979	
- Recursos Operacionais, Alienação de Bens Móveis e Outros	1.765.623	6.308.221
C - RECURSOS PROVINIENTES DE OUTRAS ENTIDADES		
- Convênio MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA	75.900	
- Convênio SUDENE/MINISTÉRIO AGRICULTURA	692.000	
- Convênio ITAMARATY	968.600	1.736.500
T O T A L		113.340.292

APLICAÇÕES

A - DESPESAS CORRENTES		
- Despesas Vinculadas a Projetos Especiais	68.025.020	
- Projeto sobre complexos Industriais	3.078.345	
- Outras Despesas Correntes	4.176.834	75.280.199
B - DESPESAS DE CAPITAL		
- Consolidação de Transferência para Brasília	3.740.000	
- Outras Despesas de Capital	1.194.158	4.934.158
C - TRANSFERÊNCIA PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		33.125.935
T O T A L		113.340.929